



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17732 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA EM SERRA DO RAMALHO/BA: DA GARANTIA DE DIREITOS À TRANSGRESSÃO DOS PARADIGMAS DA BNCC

Shirley Gonçalves de Souza - ESCOLA

Inaiara Alves Rolim - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Isaura Francisco de Oliveira - UNIVERSIDADE DO SUDOESTE DA BAHIA

POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA EM SERRA DO RAMALHO/BA: DA GARANTIA DE DIREITOS À TRANSGRESSÃO DOS PARADIGMAS DA BNCC

1 INTRODUÇÃO

ESTE ARTIGO É FRUTO DE UMA REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO/BA, ANALISANDO COMO TAIS POLÍTICAS GARANTEM DIREITOS E DESAFIAM OS PARADIGMAS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC). A DISCUSSÃO ABRANGE A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EJA, DESTACANDO COMO O MUNICÍPIO TEM ROMPIDO PADRÕES PARA ASSEGURAR OS DIREITOS EDUCACIONAIS DE JOVENS E ADULTOS QUE NÃO COMPLETARAM A ESCOLARIZAÇÃO OBRIGATÓRIA NO PERÍODO ESTABELECIDO POR LEI. ESTE ESTUDO QUALITATIVO E BIBLIOGRÁFICO BASEIA-SE NA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO EM GARANTIR O ACESSO E A OFERTA DE EDUCAÇÃO PARA ESTUDANTES JOVENS E ADULTOS QUE NÃO CONCLUÍRAM SUA ESCOLARIZAÇÃO.

REFLETIR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EJA ENVOLVE ANALISAR NÃO APENAS A FUNÇÃO, MAS TAMBÉM AS FINALIDADES ESPECÍFICAS DESSA MODALIDADE DE ENSINO, QUE DEVE SER ENTENDIDA COMO UM ATO POLÍTICO E DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS. O ARTIGO DEMONSTRA QUE SERRA DO RAMALHO TEM PROMOVIDO O DIREITO AO ACESSO À EDUCAÇÃO POR MEIO DE PROJETOS QUE INCLUEM A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES, DISPONIBILIZAÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E PEDAGÓGICO, MERENDA ESCOLAR E SUPORTE ÀS ESCOLAS NO TURNO NOTURNO. ESSAS AÇÕES VISAM À FORMAÇÃO EMANCIPATÓRIA DOS ALUNOS DA EJA.

O ESTUDO ABORDA COMO SERRA DO RAMALHO/BA GARANTE NÃO APENAS O ACESSO, MAS TAMBÉM A PERMANÊNCIA DOS JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA COM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE SOCIAL. SUPERANDO A FALTA DE DISCUSSÃO SOBRE A EJA NA BNCC, A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, POR MEIO DA COORDENAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA DA EJA, TEM DESENVOLVIDO ESTRATÉGIAS BASEADAS NAS EXPERIÊNCIAS E HISTÓRIAS DE VIDA DOS ALUNOS DA EJA. ESSAS ESTRATÉGIAS VISAM SUPERAR ESTEREÓTIPOS E ATENDER ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS ALUNOS, CONFORME PREVISTO PELA LEGISLAÇÃO, QUE PREVÊ A OFERTA REGULAR DE ENSINO NOTURNO, A CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURRÍCULO E METODOLOGIAS, E UMA ORGANIZAÇÃO FLEXÍVEL, COM ACELERAÇÃO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO POR MEIO DE EXAMES.

QUANTO A ABORDAGEM METODOLÓGICA, O PRESENTE ESTUDO FOI CONSTRUÍDO SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DA ABORDAGEM QUALITATIVA, DO TIPO PARTICIPANTE, VISTO QUE AS AUTORAS FAZEM PARTE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EJA, UTILIZOU-SE DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, RODA DE CONVERSA E TEVE COMO CENÁRIO A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO/BA NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA OS PROFESSORES QUE ATUAM NA EJA. É IMPORTANTE SALIENTAR QUE OS PROFESSORES QUE PARTICIPARAM DO ESTUDO SÃO AQUI IDENTIFICADOS COM NOMES FICTÍCIOS. ESSA ANÁLISE EVIDENCIA A NECESSIDADE DE QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS SEJAM ELABORADAS PARA CRIAR UM PROCESSO EDUCACIONAL QUE CONSIDERE A REALIDADE DOS ALUNOS NO PLANEJAMENTO ESCOLAR. ASSIM, OS ESTUDANTES PODEM DESENVOLVER HABILIDADES ESSENCIAIS PARA A LEITURA E INTERPRETAÇÃO DO MUNDO AO SEU REDOR, CONTRIBUINDO PARA A TRANSFORMAÇÃO DE SEU MEIO.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA E INVISIBILIDADE NA BNCC

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988 ESTABELECE O DIREITO À EDUCAÇÃO COM O OBJETIVO DE PROMOVER O PLENO DESENVOLVIMENTO DA PESSOA, PREPARÁ-LA PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA, QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO, E GARANTIR IGUALDADE DE CONDIÇÕES PARA ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA. ELA TAMBÉM ASSEGURA A LIBERDADE DE APRENDER, PESQUISAR E DIVULGAR O PENSAMENTO, A ARTE E O SABER, ALÉM DA GRATUIDADE DO ENSINO PÚBLICO EM ESTABELECIMENTOS OFICIAIS (BRASIL, 1988). A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDBEN 9394/96) REFORÇA QUE OS SISTEMAS DE ENSINO DEVEM ASSEGURAR OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS GRATUITAS PARA JOVENS E ADULTOS QUE NÃO PUDEAM ESTUDAR NA IDADE REGULAR, CONSIDERANDO SUAS CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES (BRASIL, 1996).

APESAR DOS AVANÇOS, UMA PARCELA SIGNIFICATIVA DA POPULAÇÃO AINDA ENFRENTA BARREIRAS NO ACESSO À EDUCAÇÃO. O BRASIL TEM AVANÇADO NO RECONHECIMENTO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DESDE A INFÂNCIA, MAS AINDA NÃO CONSOLIDOU ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA, ESPECIALMENTE PARA AQUELES QUE NÃO CONCLUÍRAM A ESCOLARIZAÇÃO OBRIGATÓRIA. EM PAÍSES COM ALTOS ÍNDICES DE BAIXA ESCOLARIDADE, FAMÍLIAS FREQUENTEMENTE LUTAM PARA GARANTIR A EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS, EVITANDO A VIOLAÇÃO DE DIREITOS.

A EJA É UMA MODALIDADE QUE VISA GARANTIR A EDUCAÇÃO A INDIVÍDUOS COM 15 ANOS OU MAIS QUE INTERROMPERAM OU NÃO TIVERAM ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA. A LEI Nº 13.005/2014, QUE APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE), ESTABELECE METAS PARA EXPANDIR A OFERTA DA EJA. AS METAS INCLUEM AUMENTAR A ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO JOVEM, ELEVAR A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO E INTEGRAR A EJA COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (BRASIL, 2014).

O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO REFLETE DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS, O QUE DEVE SER CONSIDERADO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GARANTIR EQUIDADE. A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD CONTÍNUA, 2023) INDICA QUE 9,3 MILHÕES DE PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS ERAM ANALFABETAS EM 2023, COM TAXAS MAIS ELEVADAS NAS REGIÕES NORDESTE E NORTE. OLIVEIRA (1999) DESTACA QUE A EJA DEVE SER COMPREENDIDA NÃO APENAS PELA FAIXA ETÁRIA, MAS TAMBÉM PELA EXCLUSÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DOS INDIVÍDUOS QUE A COMPÕEM.

A BNCC DE 2015 NÃO ABORDOU ADEQUADAMENTE AS ESPECIFICIDADES DA EJA, O QUE GEROU CRÍTICAS E REIVINDICAÇÕES POR UMA REVISÃO. A EDUCAÇÃO DEVE SER UM INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, NÃO UMA AÇÃO NEUTRA. ARROYO (1995) ARGUMENTA QUE UMA EDUCAÇÃO VOLTADA PARA A CIDADANIA DEVE REVISAR A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.

NESSE CONTEXTO, A EJA DEVE SUPERAR UMA ABORDAGEM SUPLETIVA E COMPENSATÓRIA E FOCAR EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS QUE DESENVOLVAM INDIVÍDUOS CAPAZES DE INTERAGIR COM O MUNDO MODERNO. AMORIM E DUQUES (2017) ENFATIZAM A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EJA, DESTACANDO A NECESSIDADE DE UMA PREPARAÇÃO QUE CONSIDERE AS ESPECIFICIDADES DOS ALUNOS.

HISTORICAMENTE, A EDUCAÇÃO NO BRASIL TEM SIDO INFLUENCIADA POR PADRÕES ELITISTAS DESDE O PERÍODO IMPERIAL ATÉ OS DIAS ATUAIS. ALTHUSSER (1980) AFIRMA QUE A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO É CONDICIONADA PELA REPRODUÇÃO DA SUJEIÇÃO IDEOLÓGICA, REFLETINDO A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A EDUCAÇÃO VOLTADA AOS INTERESSES DA CLASSE DOMINANTE.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ALÉM DE ESTABELECE O DIREITO À EDUCAÇÃO DISPÕE SOBRE A LIBERDADE DE APRENDER, PESQUISAR E DIVULGAR O SABER, E A GRATUIDADE DO ENSINO PÚBLICO EM INSTITUIÇÕES OFICIAIS (BRASIL, 1988). NO ENTANTO, APESAR DESSAS DIRETRIZES, AINDA HÁ UMA PARCELA SIGNIFICATIVA DA POPULAÇÃO QUE ENFRENTA DIFICULDADES PARA ACESSAR A EDUCAÇÃO. O BRASIL TEM AVANÇADO NO RECONHECIMENTO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DESDE A INFÂNCIA, MAS AINDA NÃO CONSOLIDOU ESTRATÉGIAS EFICAZES PARA GARANTIR A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA, ESPECIALMENTE PARA AQUELES QUE NÃO COMPLETARAM A ESCOLARIZAÇÃO OBRIGATÓRIA. EM CONTEXTOS DE ALTA BAIXA ESCOLARIDADE, AS FAMÍLIAS FREQUENTEMENTE LUTAM PARA GARANTIR A EDUCAÇÃO DOS FILHOS, BUSCANDO EVITAR A VIOLAÇÃO DE SEUS DIREITOS. NO QUADRO 1 PODEMOS VISUALIZAR AS POLÍTICAS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA (1940-2007).

QUADRO 1: POLÍTICAS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA (1940-2007)

ANO	PROGRAMA	OBJETIVO
1947	CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS (CEA)	ALFABETIZAR A POPULAÇÃO EM TRÊS MESES E CONCENTRAR O CURSO PRIMÁRIO EM DOIS PERÍODOS DE SETE MESES.
1959 A 1964	MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB), MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR (MCP), CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER	PROGRAMAS BASEADOS NAS IDEIAS DE PAULO FREIRE, QUE VALORIZAVAM A CULTURA E O CONHECIMENTO DOS SUJEITOS DA EJA (MARQUEZ; GODOY, 2020).
1964	PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO	PROGRAMAS FUNDAMENTADOS NAS IDEIAS DE PAULO FREIRE, COM UMA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E LIBERTADORA.
1967	MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL)	SUPRIR A NECESSIDADE DE MÃO DE OBRA ALFABETIZADA, TRATANDO A ALFABETIZAÇÃO COMO A HABILIDADE DE LER E ESCREVER (SOUZA, 2007).
1970	LEI Nº 5.692/71 – ENSINO SUPLETIVO	REPOSIÇÃO DE ESCOLARIDADE VOLTADA PARA A FORMAÇÃO RÁPIDA DE MÃO DE OBRA (HADDAD; DI PIERRO, 2000).
1990	PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CIDADANIA (PNAC)	REDUZIR EM 70% O NÚMERO DE ANALFABETOS NO PAÍS EM CINCO ANOS.
2007	PROGRAMA TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO (TOPA) - GOVERNO DA BAHIA	MOBILIZAR A SOCIEDADE EM DEFESA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.

Fonte: Construção das autoras, 2024.

A ANÁLISE DAS POLÍTICAS E PROGRAMAS APRESENTADOS NO QUADRO 1 MOSTRA QUE, AO LONGO DO TEMPO, AS INICIATIVAS PARA A EJA TÊM SIDO FREQUENTEMENTE ORIENTADAS POR OBJETIVOS SOCIOECONÔMICOS, DESCONSIDERANDO A DIVERSIDADE SOCIAL, ÉTNICA, CULTURAL E ECONÔMICA DOS ALUNOS. A CONTRIBUIÇÃO DE PAULO FREIRE FOI SIGNIFICATIVA AO PROMOVER AÇÕES EDUCATIVAS QUE RECONHECIAM E VALORIZAVAM A CULTURA E AS EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS DA EJA. FREIRE (2001) DEFENDE QUE A PRÁTICA EDUCATIVA DEVE SER CRÍTICA E BASEADA NAS REALIDADES DOS EDUCANDOS, REJEITANDO ABORDAGENS MERAMENTE BUROCRÁTICAS.

NESSE CONTEXTO, É CRUCIAL ENTENDER QUE, APESAR DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, AS AÇÕES PARA A EJA SÓ SERÃO EFICAZES SE INCORPORAREM ELEMENTOS CULTURAIS E SOCIAIS, AMPLIANDO A INCLUSÃO DOS EDUCANDOS. PROJETOS EDUCATIVOS PARA A EJA DEVEM EVITAR ABORDAGENS ASSISTENCIALISTAS E EMERGENCIAIS, E BUSCAR UMA POLÍTICA EDUCACIONAL QUE RESPONDA ÀS NECESSIDADES REAIS DOS ALUNOS.

2.1 A ORGANIZAÇÃO DA EJA NA ESCOLA DO CAMPO EM SERRA DO RAMALHO/BA

O MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO/BA SURTIU A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE SOBRADINHO, QUE INUNDOU CIDADES COMO CASA NOVA, REMANSO, SENTO SÉ E PILÃO ARCADE. OS HABITANTES DESSAS CIDADES DESLOCARAM-SE PARA O QUE HOJE CONHECEMOS COMO SERRA DO RAMALHO. DADOS INICIAIS DA PESQUISA MOSTRAM QUE SERRA DO RAMALHO TEM

ADOTADO UMA ABORDAGEM INOVADORA, CONTRASTANDO COM AS POLÍTICAS QUE FREQUENTEMENTE PRECARIZAM A EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES RURAIS. COM 85% DAS ESCOLAS LOCALIZADAS NO MEIO RURAL, O MUNICÍPIO TOMOU MEDIDAS SIGNIFICATIVAS EM 2022, COMO A DESNUCLEAÇÃO DE 13 ESCOLAS E A REATIVAÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA FECHADA EM 2016 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2023)

DE ACORDO COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (2023), O MUNICÍPIO POSSUI 41 ESCOLAS, DAS QUAIS 35 ESTÃO NA ZONA RURAL E 33 OFERECEM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA). O MUNICÍPIO TEM SE DESTACADO NA FORMAÇÃO DOCENTE, CAPACITANDO PROFESSORES PARA ELABORAÇÃO DE PLANEJAMENTOS E DINÂMICAS QUE ATENDEM ÀS ESPECIFICIDADES DA EJA. ESTA ABORDAGEM TEM COLOCADO A EJA EM EVIDÊNCIA NA AGENDA GOVERNAMENTAL MUNICIPAL.

A VOLTA À ESCOLA OFERECE AOS JOVENS E ADULTOS UMA OPORTUNIDADE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DE EXERCER O DIREITO À EDUCAÇÃO. MIRANDA (2010, P. 09) AFIRMA QUE “VALORIZAR E RESPEITAR AS DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS É ESSENCIAL PARA QUE OS EDUCANDOS RECONSTRUAM SUA TRAJETÓRIA DE ESCOLARIZAÇÃO.” NESSE SENTIDO, O PROFESSOR QUE ATUA NA EJA DEVE ESTAR PREPARADO PARA UM TRABALHO PEDAGÓGICO ADAPTADO ÀS NECESSIDADES DOS ALUNOS QUE, POR DIVERSOS MOTIVOS, ABANDONARAM A ESCOLA.

CONSIDERANDO AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS ALUNOS PARA CUSTEAR E FREQUENTAR A ESCOLA, ESPECIALMENTE NO TURNO NOTURNO, A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO IMPLEMENTOU VÁRIAS AÇÕES: A) DISTRIBUIÇÃO DE KITS DE MATERIAIS ESCOLARES; B) DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR; C) MERENDA ESCOLAR; D) ESCALONAMENTO DE FUNCIONÁRIOS PARA SUPORTE NO TURNO NOTURNO; E) CONSTRUÇÃO DE UMA PORTARIA DE MATRÍCULA CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES DA COMUNIDADE; E G) AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS ESPECÍFICOS PARA A EJA. ESSAS MEDIDAS RESULTARAM EM UM AUMENTO SIGNIFICATIVO NAS MATRÍCULAS, DE 173 ALUNOS EM 4 ESCOLAS PARA 480 ALUNOS EM 33 ESCOLAS.

QUANDO PENSAMOS NA EJA, FREQUENTEMENTE ASSOCIAMOS A PESSOAS DE IDADE AVANÇADA RETORNANDO À ESCOLA PARA RECUPERAR O QUE PERDERAM NA INFÂNCIA. MUITAS DESSAS PESSOAS SÃO DE BAIXA RENDA E ENFRENTARAM DIFICULDADES DESDE CEDO, COMO TRABALHAR PARA AJUDAR A SUSTENTAR SUAS FAMÍLIAS. NESTE CONTEXTO, A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESTRUTUROU A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES DA EJA, CONTRATANDO UMA ESPECIALISTA QUE MINISTRA A FORMAÇÃO QUINZENALMENTE E OFERECE SUPORTE VIRTUAL ATRAVÉS DO GOOGLE MEET. BARRETO (2006, P. 97) DESTACA QUE A FORMAÇÃO DEVE INTEGRAR TEORIA E PRÁTICA, PROPORCIONANDO AO EDUCADOR UM SUPORTE TEÓRICO QUE SUSTENTE SUAS AÇÕES. SOBRE A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO, OS PROFESSORES SE EXPRESSARAM DA SEGUINTE FORMA:

Dada a diversidade que compõe a sala de aula da EJA, a formação é essencial para nos orientar na elaboração da rotina diária, planejamento e avaliação (Professora Rosa).

Iniciei minhas aulas na EJA com muita insegurança, mas a formação tem proporcionado construir outra visão sobre os estudantes da EJA e me sentir mais preparada para trabalhar com eles. Hoje, sei que faço parte de um momento significativo para essas pessoas (Professor João).

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES É CRUCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA QUE VALORIZA A DIVERSIDADE CULTURAL. A FORMAÇÃO DOCENTE EM SERRA DO RAMALHO CONSIDERA QUE O ALUNO DA EJA É AQUELE QUE, POR DIVERSOS MOTIVOS, NÃO TEVE A OPORTUNIDADE DE SE ALFABETIZAR E ESCOLARIZAR NA IDADE ADEQUADA. MUITAS VEZES, ESSES ALUNOS ENFRENTAM AULAS NO TURNO NOTURNO, APÓS JORNADAS DE TRABALHO EXTENUANTES.

CONSIDERAR AS ESPECIFICIDADES DOS ALUNOS DA EJA SIGNIFICA REFLETIR SOBRE A DIVERSIDADE SOCIAL E ECONÔMICA, JÁ QUE MUITOS VÊM DE CONTEXTOS DE EXCLUSÃO E ENFRENTAM DESAFIOS SIGNIFICATIVOS PARA CONTINUAR SEUS ESTUDOS. É NECESSÁRIO CRIAR POLÍTICAS PÚBLICAS QUE GARANTAM OS DIREITOS EDUCACIONAIS DESSES INDIVÍDUOS, PROMOVENDO UMA EDUCAÇÃO QUE LEVE EM CONTA SUAS HISTÓRIAS DE VIDA E NECESSIDADES ESPECÍFICAS. SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES DA EJA, A COORDENAÇÃO ESCLARECEU QUE

A formação para professores da EJA tem sido um divisor de águas; percebemos que antes da formação os professores reproduziam um planejamento unificado, importado de outras realidades e tomando como base a realidade dos anos finais do Ensino Fundamental. Agora, é perceptível a mudança nas práticas pedagógicas dos professores e na realização do planejamento, visto que os docentes compreendem que os sujeitos da EJA possuem especificidades que precisam ser levadas em conta no planejamento (Coordenação da EJA, 2024).

A EXPERIÊNCIA DE SERRA DO RAMALHO DEMONSTRA UMA RUPTURA COM AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS QUE TRATAM A EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA E COM A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC), QUE FOCA EM COMPETÊNCIAS E NEGLIGENCIA OS SABERES E A CULTURA DOS ALUNOS DA EJA. CATELLI JÚNIOR (2019, P. 314) PERGUNTA: “COMO OFERECER NOVAS OPORTUNIDADES EDUCATIVAS PARA AMPLIAR AS POSSIBILIDADES DE NOVOS PROJETOS PESSOAIS?” A BNCC, AO NÃO CONTEMPLAR AS ESPECIFICIDADES DOS ALUNOS DA EJA, FALHA EM REFLETIR AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DESSES ESTUDANTES.

AO ADOTAR UM PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE ESPECÍFICO E UM PLANEJAMENTO QUE ARTICULA SABERES CIENTÍFICOS E POPULARES, SERRA DO RAMALHO DESAFIA AS LIMITAÇÕES DA BNCC E EVIDENCIA AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS. A IMPLEMENTAÇÃO DA EJA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO ASSEGURA O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA A CLASSE TRABALHADORA, DESTACANDO A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OFEREÇAM UMA FORMAÇÃO GLOBAL E EMANCIPATÓRIA, EM VEZ DE APENAS TREINAMENTO E CERTIFICAÇÃO.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

ESTE ESTUDO REVELOU QUE O MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO/BA TEM ADOTADO UMA ABORDAGEM INOVADORA E SIGNIFICATIVA NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), DESAFIANDO AS POLÍTICAS HEGEMÔNICAS QUE FREQUENTEMENTE COMPROMETEM A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NAS ÁREAS RURAIS. AO MANTER 85% DE SUAS ESCOLAS NO MEIO RURAL E ADOTAR MEDIDAS EFICAZES COMO A DESNUCLEAÇÃO DE ESCOLAS E A REATIVAÇÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, O MUNICÍPIO DEMONSTRA UM COMPROMISSO COM A INCLUSÃO EDUCACIONAL E O

ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICIDADES DOS ALUNOS DA **EJA**.

A ANÁLISE DAS PRÁTICAS ADOTADAS, INCLUINDO A DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES, TRANSPORTE E MERENDA, BEM COMO A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES, EVIDENCIA UM ESFORÇO SUBSTANCIAL PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ESTUDANTES ADULTOS. A FORMAÇÃO DOCENTE, QUE INTEGRA TEORIA E PRÁTICA, É UM FATOR CRUCIAL PARA A EFICÁCIA DESSAS INICIATIVAS, PERMITINDO UMA ADAPTAÇÃO PEDAGÓGICA QUE RESPEITA A DIVERSIDADE CULTURAL E AS REALIDADES SOCIOECONÔMICAS DOS ALUNOS.

COMPARADO COM A **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)**, QUE MUITAS VEZES DESCONSIDERA OS SABERES E AS CULTURAS DOS SUJEITOS DA **EJA**, O MODELO DE **SERRA DO RAMALHO** SE DESTACA POR SUA CAPACIDADE DE INTEGRAR SABERES POPULARES E ADAPTAR A EDUCAÇÃO ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS ALUNOS. ESTE ENFOQUE NÃO APENAS AMPLIA AS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS PARA A CLASSE TRABALHADORA, MAS TAMBÉM OFERECE UM EXEMPLO DE COMO POLÍTICAS PÚBLICAS PODEM PROMOVER UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA E EMANCIPATÓRIA.

EM SUMA, **SERRA DO RAMALHO** EXEMPLIFICA UMA PRÁTICA EDUCATIVA QUE BUSCA GARANTIR O DIREITO À EDUCAÇÃO DE FORMA PLENA E EQUITATIVA, DESAFIANDO PARADIGMAS QUE TRANSFORMAM A EDUCAÇÃO EM MERCADORIA E PRIORIZAM A FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA BARATA. A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO SUBLINHA A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS QUE RECONHEÇAM E VALORIZEM AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS ALUNOS DA **EJA**, PROMOVENDO UMA EDUCAÇÃO QUE VERDADEIRAMENTE CONTRIBUA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E PESSOAL.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS; TRANSGRESSÃO DE PARADIGMAS; GARANTIA DE DIREITOS.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **IDEOLOGIA E APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO**. 3ª ED. LISBOA: PRESENÇA, 1980.
- AMORIM, A.; DUQUES, M. L. F. FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE **EJA**: CAMINHOS INOVADORES DA PRÁTICA DOCENTE. **Educação**, PORTO ALEGRE, v. 40, nº 2, p. 228-239, 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REVISTASELETRONICAS.PUCRS.BR/OJS/INDEX.PHP/FACED/ARTICLE/VIEW/22483/15901](https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/22483/15901).
- ARROYO, M. G. EDUCAÇÃO E EXCLUSÃO DA CIDADANIA. IN: BUFFA, E. ET AL. **EDUCAÇÃO E CIDADANIA: QUEM EDUCA O CIDADÃO?** 5ª ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 1995.
- BARRETO, V. FORMAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA. IN: SOARES, L. J. G. (ORG.) **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**. BELO HORIZONTE: AUTÊNTICA, 2006. P. 93-101.
- BRASIL. [CONSTITUIÇÃO (1988)]. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. BRASÍLIA, DF: PRESIDENTE DA REPÚBLICA, [2016].
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. LEI Nº 9.394, 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. BRASÍLIA, DF, 1996.

BRASIL. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014** QUE APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. – BRASÍLIA: CÂMARA DOS DEPUTADOS, EDIÇÕES CÂMARA, 2014.

CATELLI JÚNIOR, R. O NÃO-LUGAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA BNCC
DISPONÍVEL EM:

HTTPS://WWW.ACADEMIA.EDU/39500381/O_N%C3%83O_LUGAR_DA_EDUCA%C3%87%C

ACESSO EM: 30.01.2024.

FREIRE, P. PEDAGOGIA DO OPRIMIDO 30 ANOS DEPOIS. IN: FREIRE. A. A.F. **PEDAGOGIA DOS SONHOS POSSÍVEIS**. SÃO PAULO: UNESP, 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍCIOS CONTÍNUA – PNAD CONTÍNUA**. EDIÇÃO 2023. ISBN 978-85-240-4567-7.

MIRANDA, J. DOS R. AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS POR MEIO DE PORTFÓLIO. **DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2010.

OLIVEIRA, M. K. DE. JOVENS E ADULTOS COMO SUJEITOS DE CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**, SET./DEZ. 1999, N. 12, P. 59-73.